

A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes

The subversion of the assumption of the “preservation of the public order” to motivate preventive prison in drug crimes

Marcelo Carneiro Pereira*

Resumo: A prisão preventiva como resguardo da garantia da ordem pública tem sérias inconsistências sistemáticas quando analisada em conjunto com as demais normas integrantes do diploma jurídico penal e processual penal. Não obstante, a segregação cautelar ganha maior destaque nos casos relacionados a delitos de drogas, pois, por questões essencialmente atreladas a essa espécie de crime, mormente pela hediondez conferida pela Constituição Federal de 1988 ao crime de tráfico de drogas, revela-se totalmente abstrata, genérica e aplicável irrestritamente, podendo a motivação ser inflada por argumentos desprendidos do caso concreto e meramente especulativos.

Palavras-chave: Prisão Preventiva; Garantia da Ordem Pública; Crime de Drogas.

Abstract: The preventive detention as a safeguard of the preservation of public order has serious systematic inconsistencies when analyzed together with others norms that composes the criminal law and penal procedure. However, the pre-trial detention gains greater prominence in cases related to drug offenses, because, due to issues essentially linked to this type of crime, especially due to the hideousness that was conferred by the Brazilian Constitution of 1988 to the crime of drug trafficking, it is revealed totally abstract, generic and unrestrictedly applicable, and the motivation can be stimulate by arguments detached from the specific case and merely speculative.

Keywords: Preventive Detention; Preservation Of The Public Order; Drug Crimes.

Recebido em: 01/12/2020
Aprovado em: 14/12/2020

Como citar este artigo:
PEREIRA, Marcelo Carneiro.
A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, vol. 2, n. 3, 2020, p. 151-169.

* Centro Universitário do Distrito Federal (Direito).

Introdução

O presente trabalho tem o objetivo de revelar a prática cotidiana de equívocos judiciários causados por magistrados que, autorizados pela imprecisão normativa contida no interior do Código de Processo Penal, e atraídos pelo falso pretexto de prevenção-repressão do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, desvirtuam o viés excepcionalíssimo da prisão preventiva.

O século XX tornou-se símbolo da efetivação de direitos e garantias individuais e coletivos, idealizados outrora no movimento iluminista desencadeado na França no final do século XVIII. A implementação de Cartas Políticas nacionais, em países democráticos, bem como a assinatura de tratados e convenções internacionais efetivaram a formalização da positivação de direitos fundamentais ao redor do mundo.

A Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919, introduzidas no nascer do século XX, tem participação substancial na evolução da efetivação dos direitos fundamentais no decorrer do século passado. A respeito da primeira, a professora Maria Cláudia Bucchianeri expõe que, além dos direitos sociais propugnados pelo povo mexicano na revolução que lhe precedera, consagrou também inúmeros direitos à liberdade tal como a proibição da escravidão, igualdade entre os sexos, liberdade de reunião e de associação e o direito à livre circulação.

No mesmo sentido, a República Federativa do Brasil instituiu por alguns de seus princípios ideológicos o exercício dos direitos individuais, a liberdade, a igualdade e a justiça, tal como elucida o preâmbulo e as normas propriamente ditas do texto constitucional em vigor. Sarlet, Marinoni e Miditero (2017, p. 333) ressaltam em sua obra que a Constituição Federal de 1988 foi a única Carta Política Brasileira na qual o legislador decidiu por estampar os direitos fundamentais já em suas disposições iniciais, motivado pelo espírito democrático fomentado pelo findar dos regimes autoritários na América Latina e na Europa.

Dentre os ditos princípios constitucionais, merece atenção especial a “liberdade”, tão prestigiada pelos doutrinadores e especialistas jurídicos pós-iluministas em razão da sua veemência à oposição do arbítrio estatal e imprescindibilidade para o alcance de outros direitos, enquadrando-se como direito de primeira geração e constituindo obrigação de não fazer da administração pública, ou o *status* negativo segundo Georg Jellinek..

O vocábulo “liberdade” é dotado de descomedida subjetividade e extensão, não havendo limitação factual do seu alcance. Para Jean Paul Sartre (2011, p.539/540) a liberdade é a condição

A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes

indispensável e fundamental ao exercício da ação pelo ser humano, sendo essa a justificadora da própria existência daquele enquanto sujeito consciente.

À ótica dos direitos fundamentais, a liberdade pode ser observada de prismas distintos, dos quais citam-se a liberdade de manifestação de pensamento, a liberdade de crença e de exercício de culto, a liberdade de expressão artística, científica e intelectual, a liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão, a liberdade de associação para fins lícitos e a liberdade de locomoção, tendo todos estes obtido espaço nos incisos do aclamado artigo 5º, da Lei Maior Brasileira de 1988.

A despeito da garantia dos direitos à liberdade elencados acima, há que se lembrar das limitações que, porventura, podem tolher o seu exercício pleno, dada a confrontação dos direitos fundamentais portados por sujeitos distintos. Paulo Gustavo Gonet Branco (2017, p. 167) leciona que a abrangência de aplicação de um princípio, em sua inteireza, não tem correspondência restrita a redação da norma que lhe prestigia, devendo haver a complementação por outros fatores.

A técnica de restrições imediatas e mediatas a direitos fundamentais foi acolhida pelo Diploma Constitucional de 1988 à semelhança de constituições brasileiras pretéritas, não havendo, assim, a preponderância de nenhum princípio absoluto e inflexível. Dessarte, o direito à liberdade de locomoção segue a dogmática jurídica residente na CF/88, podendo ser excepcionalizado diante a ocorrência de casos expressamente previstos na lei.

Infraconstitucionalmente, com o fito de regulamentar as hipóteses de segregação cautelar, o Código de Processo Penal de 1941, emendado pelas Leis nº 12.403/2011 e, recentemente, 13.964/2019, disciplina acerca da possibilidade de restrição da liberdade física desde a flagrância delitiva, ou a instauração da instrução criminal, até o findar da persecução penal, ao teor do que regulamenta os artigos 301 à 316 do CPP.

O Código Processualista divide as formas de restrição provisória adequando-as ao interesse pré-processual, ou processual. De início, a prisão em flagrante destina-se a segregação daquele que for encontrado “cometendo o crime, após cometê-lo, ou ainda, encontrado em sequência ao seu cometimento com instrumentos dos quais possa se inferir a sua autoria”, sendo classificada pelo professor Aury Lopes Junior como medida precária e precautelar.

Em seguida, o CPP, começando do art. 311, passa a regradar sobre a prisão preventiva, que tem sido a modalidade privativa de liberdade mais abrangente da sistemática jurídico-penal para estear a manutenção da segregação cautelar, tanto no curso do inquérito policial, quanto do processo penal, mas que tem apresentado falhas estruturais.

1. O pressuposto da “garantia da ordem pública” na decretação da prisão preventiva

Na sistemática jurídica-penal hodierna, a imposição da prisão preventiva deve, necessariamente, obedecer a cumulação de critérios elencados pelos artigos 312 e 313 do CPP, quais sejam: a prova da existência de crime doloso; com pena privativa de liberdade máxima cominada superior a 4 anos ou, independentemente da pena, se tratar de violência doméstica contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência ou se o suspeito for reincidente em crime doloso; a existência de indício suficiente de autoria e de perigo em razão da liberdade do imputado; e a presença do pressuposto da “garantia da ordem pública”, da “garantia da ordem econômica”, por “conveniência da instrução criminal” ou para “assegurar a aplicação da lei penal”.

A Lei nº 13.964/19, alcunhada de pacote anticrime, alterou o texto do Código de Processo Penal, primordialmente na fase pré-processual, resvalando, inclusive, no instituto da prisão preventiva. Com a edição da nova lei, o art. 312 do CPP passou a prescrever o seguinte:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

O pacote anticrime remodelou a parte final do artigo transcrito, no intuito de aperfeiçoar o requisito do “*fumus commissi delicti*” e inserir definitivamente o “*periculum libertatis*” como imprescindíveis à determinação da segregação preventiva, atendendo ao que especialistas criminais como Lopes Jr. já alertavam outrora, e desatrelando o abrigo que a garantia à ordem pública ou à ordem econômica guarneciam ao argumento do “perigo gerado pela liberdade do imputado”.

Não obstante a inclusão de critérios incontornáveis à subsistência da custódia preventiva, a essência dos demais pressupostos permissivos da decretação da cautelar não foi alterada, seguindo a dinâmica anteriormente entranhada no Código, ao exigir a invocação da garantia da

A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes

ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou o asseguramento da aplicação da lei penal para embasar o seu estabelecimento.

Outra circunstância inalterada no Código Processualista foi a lacuna conceitual atrelada aos termos “garantia da ordem pública”, contido na redação original do Decreto-Lei nº 3.689/41¹, e “garantia da ordem econômica”, trazido alteração de 1994², desde suas primeiras suscitações e que faz com que a jurisprudência e doutrina fabulem conjuntamente quanto a sua acepção.

O elemento nuclear da “garantia da ordem pública”, como autorizador da segregação preventiva, é nativo da Alemanha, tendo surgido justamente no período em que as nações europeias experimentavam os lamentáveis governos autoritários, fomentados pelo ideal nazifascista, e com o desígnio de anuir com a generalidade da justificativa empregada para a perpetuação do cárcere antecipado.

O vício de origem do critério legal não teve sua deficiência gramatical cessada com o perpassar do século XX, propiciando imbróglis interpretativos depois de mais de 80 anos. O ilustre mestre Alexandre de Moraes Rosa (2004. p. 162) registrou em sua tese de doutorado a “anemia semântica” vinculada aos requisitos constantes do caput do art. 312, do CPP, incrementando ainda que o conhecedor da estrutura linguística portuguesa goza de capacidade para erigir um pseudo requisito (ficto), de modo imperceptível aos olhos de terceiros, que pode ser regido por preceitos particulares da autoridade judicial.

A discricionariedade e abstração dos pressupostos para a prosperidade da ordem restritiva cautelar, sofreu numerosas críticas, as quais podem ser representadas a partir da reprodução de comentários exarados, respectivamente, pelos íclitos professores Guilherme de Souza Nucci, Eugênio Pacelli e Renato Brasileiro de Lima:

O legislador poderia ter ousado, definido ou detalhado o que vem a ser cada um dos fatores da prisão preventiva, ao menos os mais abrangentes, como a garantia da ordem pública e da econômica. Não o fez, possivelmente para continuar tolerando seja o juiz o protagonista da conceituação, conforme o caso concreto (Nucci, 2014, p. 77).

¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Artigo 313, caput. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3689-3-outubro-1941-322206-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

² BRASIL. Lei 8.884 de 11 de junho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. Artigo 86. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8884.htm. Acesso em: 01 de março de 2020.

A expressão garantia da ordem pública, todavia, é de difícil definição. Pode prestar-se a justificar um perigoso controle da vida social, no ponto em se arrima na noção de ordem, e pública, sem qualquer referência ao que seja efetivamente a desordem (Pacelli, 2018, p. 445).

A expressão “garantia da ordem pública” é extremamente vaga e indeterminada, gerando controvérsias na doutrina e na jurisprudência quanto ao seu real significado (Lima, 2019, p. 991).

Luiz Regis Prado (2018, p.126), após aprofundado estudo sobre as origens e evolução da expressão “ordem pública”, concluiu que, com o passar do tempo, depois da introdução do Código de Processo Penal Brasileiro e subsequentes remendos, além das viragens jurisprudenciais, insubsiste precisão ao qualificar o termo, não tendo legitimidade para fazê-lo sequer o Supremo Tribunal Federal, considerando que a corte máxima não se comprometeu a delimitar a conceituação daquele pressuposto.

A amplitude associada a locução “ordem pública” é de tamanha densidade que tende a não se esgotar, ou ao menos limitar-se a uma definição textual objetiva. No entanto, experimentando a inocuidade da regência normativa, a doutrina e jurisprudência nacional se lançaram na árdua tarefa de guarnecer a funcionalidade do arranjo impositivo, tendo delineado, seu significado prático, a partir de técnica interpretativa sistemática e teleológica, mas sem superar a severa deficiência semântica do termo.

Quase que unanimemente, o corpo doutrinário jurídico-penal concorda quanto a falta de consenso doutrinário sobre a definição precisa da expressão “ordem pública” tratada no diploma processualista de 1941.

Mais objetivamente, inclinado a sintetizar a acolhimento da “ordem pública” no exercício da atividade jurisdicional, deve-se recorrer a exposição um tanto simplista, mas direta, apresentada pelo ilustre Guilherme Nucci (2014. p. 77) ao mencionar os quesitos básicos defendidos, atualmente, para sustentar a plausibilidade do argumento genérico consignado no artigo 312, do CPP, haja vista refletir o entendimento majoritário albergado pelos intérpretes da lei.

O professor Nucci explana, perfunctoriamente, que para a autoridade judiciária valer-se da “garantia da ordem pública” como pressuposto válido ao cerceamento preventivo há de persistir, no caso fático, a gravidade concreta do crime, repercussão social, maneira destacada de execução, condições pessoais negativas do autor e envolvimento com associação ou organização criminosa.

A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes

Em verdade, a gravidade concreta do delito e a periculosidade do agente, averiguada com base na reincidência delitiva e na participação em organização criminosa, têm sido os elementos levantados pelos órgãos jurisdicionais ao perpetuar a segregação cautelar, insurgindo numa profunda problemática em relação aos crimes instituídos pela lei de entorpecentes.

2. A “garantia da ordem pública” segmentada entre a periculosidade do agente e a gravidade do crime

No contexto geral da justiça criminal, a “garantia da ordem pública” como permissivo da implementação da custódia cautelar, dada a sua universalidade, não se coaduna com os princípios constitucionais da presunção de inocência do imputado, do devido processo legal e da liberdade de locomoção individual, nem mesmo quando resumida na periculosidade do agente, e suas facetas, e na gravidade do delito.

A interpretação munida à premissa ultra genérica insculpida no cabeçalho do art. 312, do CPP, a qual tenta condensar o seu significado entre dois critérios alternativos, de início aparenta ser movida por um ideal profícuo, mas que, no entanto, logo é sufragada por suas consequências de natureza objetiva, que ao ser entregue ao arbítrio do jurisdicionante finda por conformar péssimos efeitos em cenários específicos.

No concernente à periculosidade do imputado, tem-se que essa pode ser compreendida de múltiplas perspectivas, como a reincidência, a anotação de antecedentes criminais – mais recentemente entendeu-se pela possibilidade de considerar o registro de atos infracionais perpetrados pelo imputado²³ - e até mesmo o *modus operandi* eleito pelo agente quando da investida criminosa, esse último imanente do próprio contexto subjacente a estruturação da materialidade da infração³.

Lado outro, cumpre destacar também que, principalmente a contar da década de 70, a gravidade do delito seria uma outra premissa intrínseca à proteção da incolumidade pública, e por conseguinte, franqueadora da segregação cautelar, mas que desde sempre sofreu questionamentos acerca da sua suficiência, de per si, para respaldar o decreto prisional.

³ HC 379.083/SC, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017; RHC 63.855/MG, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Rel. p/ Acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 11/05/2016, DJe 13/06/2016.

Há que se diferenciar, neste instante, a gravidade do delito em duas espécies, a “abstrata” e a “em concreto”. A abstrata é caracterizada pela expressão do crime conforme a sua regência normativa, não se prendendo a alguma situação específica; enquanto a “em concreto” cuida de avaliar o contexto de determinado caso, analisando a intensidade do delito a partir das ações, meios, consequências e impacto social proporcionado pelo agente delitivo. Nucci (2014, p.77) exemplifica que um roubo abstratamente é um delito grave, mas nem sempre o é no caso concreto.

A gravidade em concreto do delito tem maior tendência a ser aceita na fundamentação da decisão segregadora, ante sua intimidade com a periculosidade do imputado. Noutro turno, a gravidade abstrata do delito não garante de apoio como uma forma de ameaça à ordem pública. Oportunamente, destaca-se que a depender do quadro fático e da natureza do crime é possível que ambas se confundam, precipuamente nos delitos relacionados a posse e armazenamento de psicotrópicos.

Por vezes surgem manifestações das instâncias extraordinárias, aparentemente sólidas e paradigmáticas, vedando o emprego isolado da gravidade em abstrato do crime para resguardar a legalidade do provimento judicial, ao teor das seguintes decisões:

Para quaisquer dessas hipóteses, é imperiosa a demonstração concreta e objetiva de que tais pressupostos incidem na espécie, assim como deve ser insuficiente o cabimento de outras medidas cautelares, nos termos do art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, pelo qual a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319 do CPP). 2. Hipótese em que o juízo de origem lastreou sua decisão tão somente na gravidade em abstrato do delito, circunstância categoricamente rechaçada pela jurisprudência da Suprema Corte. (HC 135250, Relator(a): Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, julgado em 13/09/2016, Processo Eletrônico DJe-208 Divulg 28-09-2016 Public 29-09-2016).

O Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Cajuru/SP, ao converter a autuação em flagrante do paciente em prisão preventiva, pelo suposto furto de uma bicicleta, baseou-se, tão somente, na gravidade em abstrato do delito, fundamento esse, consoante a jurisprudência da Corte, insuficiente para se manter a medida extrema. (HC 128284, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 09/06/2015, Processo Eletrônico DJe-128 Divulg 30-06-2015 Public 01-07-2015).

A necessidade de garantia da ordem pública e a gravidade abstrata do delito, dissociadas de elementos concretos que indicassem a necessidade da rigorosa providência cautelar, não constituem fundamentação idônea para justificar a medida extrema [...] (HC 473.553/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 04/12/2018, DJe 13/12/2018).

No presente caso, realizada audiência de custódia, a segregação cautelar foi imposta desprovida de fundamentação concreta, que não cuidou de tratar das peculiaridades do caso, limitando-se a afirmar a legalidade do flagrante efetuado e o descabimento da concessão de liberdade provisória, sem mencionar, contudo, por qual motivo. O discurso judicial puramente teórico, carente de reais elementos de convicção, que não informe circunstâncias pessoais do acusado ou *modus operandi* excepcionais, revela a deficiência na fundamentação utilizada. (AgRg no HC 399.974/PE, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 06/03/2018, DJe 26/03/2018).

Exsurge, após o exame dos julgados retro transcritos, uma questão preocupante, à medida que as orientações traçadas pelas Cortes Superiores não tem obstado, em regra, a decretação da preventiva com fundamento único na gravidade abstrata do delito, tanto por parte dos juízos originários, os quais instrumentalizam o mando constritivo, quanto pelos Tribunais Locais, que a despeito de estarem sujeitos a compreensão emanada pelas Cortes Superiores, por vezes utilizam os precedentes tão somente como preceito retórico ao consentir com a perpetuação de certas prisões preventivas, consoante ao que se exporá adiante.

2.1. A “garantia da ordem pública” nos crimes de entorpecentes

Os crimes relacionados a drogas, da ótica legal, têm intrínseco a si um estigma social e mais gravoso, enquanto que a Constituição da República ao dar tratamento diferenciado ao tráfico ilícito de entorpecentes e equipará-lo aos crimes de tortura, terrorismo e hediondos coloca-o evidentemente em patamar distinto dos demais.

Mais além do horizonte dos crimes previstos na parte especial no Código Penal, a Lei nº 11.343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, inovou em matéria criminal ao definir condutas delitivas atreladas ao manuseio, produção, transporte e consumo de drogas.

A Lei nº 11.343/06, que entrou em vigor no último trimestre de 2006, revogou a lei nº 6.368/76 que dispusera anteriormente acerca dos crimes de drogas, introduzindo uma série de inovações destinadas a fortalecer sua ambivalência, repressiva (consumo de drogas) e preventiva (tráfico de drogas), e tentando atender a nova realidade que se instalara no cotidiano brasileiro.

Tradicionalmente, os intérpretes da lei têm valorado negativamente o delito de tráfico ilícito de drogas, precipuamente em virtude da redação que compõe o inciso XLIV, do art. 5º, da

Carta Magna, a qual o considera um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, além do próprio corpo regulamentar da lei extravagante que conduz o ideário desprezível daquela infração.

Por muito tempo, inclusive, permaneceu-se a ideia da impossibilidade de concessão de liberdade provisória no curso da investigação de suposto delito de tráfico de drogas e demais crimes a ele relacionados, uma vez que o comando constante do art. 44 da Lei nº 11.343/06 dispunha nesse sentido:

Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

Insurge-se, então, a partir da conjuntura legal repulsiva ao crime de tráfico de drogas, a cognição formulada por membros da magistratura no sentido de que a mera suspeita da incidência no crime incurso no art. 33, da Lei de Drogas, qual seja o da mercancia de entorpecentes, por si só, seria apto a preencher os aspectos subjacentes à garantia da ordem pública, do qual trata o art. 312, do CPP.

Os aspectos subjacentes mencionados tratam da gravidade concreta do crime e da periculosidade do agente, fundamentos minimamente corpóreos para se prosperar a premissa outrora rechaçada da “garantia da ordem pública”, mas que na realidade acaba por perder de vez seu ínfimo significado jurídico quando direcionado a Lei de Drogas.

Recorrentemente, os Tribunais Brasileiros socorrem-se, equivocadamente, a tutela da ordem pública para fundar o decreto prisional cautelar nos crimes de drogas, à exemplo do Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, integrante do TJMG, que tem uma ementa pronta para denegar a ordem de Habeas Corpus impetrado contra a prisão preventiva resguardada na garantia da ordem pública, prescrevendo genericamente:

Presentes os pressupostos e requisitos constantes nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, não há que se falar em revogação da prisão preventiva, uma vez que esta se revela indispensável para a garantia da ordem pública.

Somente em relação a suspeita da prática do crime de tráfico de drogas, nos meses de fevereiro e março de 2020, o texto supratranscrito foi utilizado *ipsis litteris* nas ementas formuladas aos julgamentos dos Habeas Corpus: 1.0000.20.007708-9/000; 1.0000.20.007411-

A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes

0/000; 1.0000.20.003147-4/000; 1.0000.20.012817-1/000; 1.0000.20.017986-9/000; 1.0000.20.008155-2/000, todos julgados pela 8ª Câmara Criminal do TJMG⁴.

O texto formulado pelo desembargador não carrega qualquer referência particular aos processos julgados, exarando-se o acórdão com a rápida lembrança dos atos imputados ao acusado, no relatório, e explicitando a gravidade em concreto do delito de tráfico de entorpecentes, na fundamentação, e concluindo com a “indispensabilidade da privação da liberdade para a garantia da ordem pública”.

Analizando mais profundamente um dos julgados de relatoria do Desembargador José Luiz, o HC 1.0000.19.163710-7/000 – TJMG, em que o excerto redigido anteriormente também fora inserido na composição da ementa, o voto proferido pelo relator firmou-se nos seguintes termos:

[...] Está presente também, o requisito previsto pelo art. 312, do CPP, que recomenda a prisão para garantir a ordem pública, uma vez que, segundo as declarações do condutor do flagrante ao receberem informações anônimas de que um indivíduo de nome MARCOS estava traficando drogas no bairro Eneás Ferreira de Aguiar [...]

Ressalta-se que o delito em tese praticado se revela de especial e concreta gravidade, considerando, especialmente, a grande quantidade de material entorpecente apreendido, sendo 30,20g (trinta gramas e vinte centigramas) de maconha (f. 10 - doc. único) e 73,70g (setenta e três gramas e setenta centigramas) de cocaína (f. 11 - doc. único). Evidentemente compromete o meio social e autoriza a custódia cautelar do autuado, a fim de se evitar a repetição dos atos nocivos censuráveis e, com isso, garantir a ordem pública.⁵

Destrinchando a fundamentação eleita pela autoridade judiciária, verifica-se uma miríade de desarranjos vinculados à incorreta acepção da Lei de Drogas. Ao passo que o magistrado afirma que “*evidentemente compromete o meio social*” e que “*a fim de se evitar a repetição dos atos nocivos censuráveis*”, ignorando o fato do agente ser primário, abandona-se qualquer parâmetro particular ao caso concreto, até mesmo sua gravidade, e volve-se ao plano abstrato, alcançando-se

⁴ HC 1.0000.20.007708-9/000 - TJMG, Rel. Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, 8ª Câmara Criminal, julgado em 20/02/0020, DJe 20/02/0020; HC 1.0000.20.007411-0/000 - TJMG, Rel. Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, 8ª Câmara Criminal, julgado em 20/02/0020, DJe 20/02/0020; HC 1.0000.20.003147-4/000 - TJMG, Rel. Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, 8ª Câmara Criminal, julgado em 20/02/0020, DJe 20/02/0020; HC 1.0000.20.012817-1/000 - TJMG, Rel. Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, 8ª Câmara Criminal, julgado em 05/03/0020, DJe 05/03/0020; HC 1.0000.20.017986-9/000 - TJMG, Rel. Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, 8ª Câmara Criminal, julgado em 12/03/2020, DJe 12/03/2020; HC 1.0000.20.008155-2/000 - TJMG, Rel. Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, 8ª Câmara Criminal, julgado em 12/03/2020, DJe 12/03/2020.

⁵ HC 1.0000.19.163710-7/000 - TJMG, Rel. Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, 8ª Câmara Criminal, julgado em 23/01/2020, DJe 23/01/2020.

a premissa da necessidade da manutenção de todas as prisões decorrentes do crime de tráfico de drogas, pois estas são imprescindíveis à garantia da ordem pública.

A “ordem pública” que tem sua construção semântica, por si mesma, discutível, quando despendida na justificação da segregação cautelar motivada por suspeita do cometimento do crime de tráfico de drogas perde o seu último resquício de solidez e confiabilidade.

Nesse sentido, a “gravidade em abstrato” do delito, que não teria o condão de alicerçar a segregação cautelar⁶, torna-se o suporte máximo para defender a implementação da custódia preventiva, uma vez que ao argumentar genérica e negligentemente os julgadores desvirtuam a essência da “gravidade em concreto”, a qual deveria ser exaustivamente pormenorizada no caso concreto.

Ao pretexto de que o crime de tráfico de drogas “compromete o meio social”⁷, “está a merecer maior rigor da justiça, a fim de inibi-lo da prática de outros delitos, protegendo o meio social”⁸, ou “a prisão cautelar é mesmo devida para o fim de acautelar-se o meio social”⁹ desvela-se a confusão inflada entre a concretude e a abstração da gravidade delitiva.

Ao proferir fundamentações carregadas de premissas de caráter social e das consequências inerentes ao cometimento do delito de tráfico de drogas, não os conectando imediatamente com o contexto fático particular de cada caso, os julgadores se lançam em mares de águas turvas, nas quais não conseguem distinguir o pré-conceito do delito de tráfico das circunstâncias individualizadas no tempo e espaço.

Por conseguinte, nasce uma estrutura de decisões automáticas de decretação de reclusão cautelar, bastando-se, para tanto, que o sujeito preencha o requisito de ser suspeito do cometimento de crime de tráfico de drogas, e substituindo a hermenêutica jurídica pelo senso comum teórico criado no *habitus dogmaticus* não constrangido.

Às palavras do ilustre professor Lênio Streck (2020), nas referidas manifestações judiciais identifica-se o fenômeno distópico do consequencialismo judicial, em os julgadores primeiro decidem para depois fundamentarem, e pior, com argumentos juridicamente vazios, repleto de

⁶ HC 135.250/SP - STF, Relator(a): Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, julgado em 13/09/2016, Processo Eletrônico Public 29-09-2016.

⁷ HC 1.0000.19.163710-7/000 - TJMG, Rel. Desembargador José Luiz de Moura Faleiros, 8ª Câmara Criminal, julgado em 23/01/2020, DJe 23/01/2020

⁸ TJDF. Acórdão 1231546, 07018906320208070000, Relator: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 13/2/2020, publicado no PJe: 2/3/2020

⁹ STJ. AgRg nº RHC 119.666/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 05/03/2020, DJe 23/03/2020.

A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes

apelos sociais e solipsistas que se disfarçam entremeio ao “livre convencimento motivado”, os quais sequer deveriam ser levados em consideração.

2.2. A obscuridade na distinção dos crimes de tráfico de drogas e de posse para consumo pessoal como cerne da segregação cautelar ilegítima

A situação, que inicialmente parece crítica, tende a se agravar quando traz à memória a seletividade penal como característica basilar da atual lei de repressão às drogas. Com isso, os malefícios da imprecisão normativa alcançam os particulares antes mesmo da persecução penal, e a seletividade, que aparentemente seria exercida pelo magistrado¹⁰, acaba sendo instrumentalizada por outros agentes estatais, como as autoridades policiais e os membros do Ministério Público, os quais, respectivamente, representam e requerem a prisão preventiva.

A magnitude do infortúnio se revela em sincronia com a disparidade no tratamento das sanções implementadas pela lei. O delito inculcado no art. 28, da Lei de Drogas, posse para consumo pessoal, é punido tão somente com medidas restritivas de direito, enquanto que o do art. 33, da mesma lei, (tráfico ilícito de entorpecentes) é penalizado com reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, e a singela dissemelhança entre estes é o dolo específico do agente.

Os critérios pertinentes a distinção do crime de “posse para consumo pessoal” e de “tráfico ilícito de drogas”, permite que o requerimento da reclusão preventiva fique à vontade do órgão acusatório, ao passo que a eventual decretação à discricionariedade do órgão investido de jurisdição, podendo ambos se embaraçarem na adequação típica da conduta praticada.

Com efeito, o criminoso que tem a intenção inequívoca de consumir a droga, à margem da lei, pode ser facilmente caracterizado como traficante que tem o propósito da comercialização do entorpecente, debruçando-se na esteira de que a única diferenciação entre ambos é a compreensão precária do julgador acerca de circunstâncias subjetivas do contexto fático, quais sejam à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

¹⁰ BRASIL. Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 14 de abril de 2020.

Vale registrar um trecho marcante do artigo publicado pela professora Nara Borgo Cypriano (2010. p. 1101) nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI:

Neste sentido, se uma pessoa da classe média, num bairro também de classe média, for encontrada com determinada quantidade de droga, poderá ser mais facilmente identificada como usuário (e, portanto, não será submetida à prisão) do que um pobre, com a mesma quantidade de droga, em seu bairro carente. Neste exemplo, confirma-se a seletividade secundária.

À vista disso, mesmo que seja comprovada a desclassificação para o crime de posse de drogas para consumo pessoal ao fim da instrução processual, aquele ao qual se estava sendo imputado o delito de tráfico terá sofrido com a restrição de sua liberdade enquanto persistir o decreto prisional acautelatório, período este que não poderá ser compensado por qualquer quantia monetária, deferida em eventual ação de danos morais.

E o problema vai além. O legislador conferiu, por meio do §4º, do art. 33, da Lei de Drogas, redução de um sexto a dois terços da pena cominada ao tráfico àqueles que forem comprovadamente primários e de bons antecedentes e que não se dediquem a atividade criminal, fração aquela que muito provavelmente se deduzirá da pena mínima cominada ao delito, pois no sistema trifásico da dosimetria da pena muitos são utilizados parâmetros subjetivos para a aferição da pena-base.

Vale lembrar que, por força do julgamento do Habeas Corpus 118.533/MS, o plenário da Suprema Corte Brasileira retirou o tráfico privilegiado (§4º, do art. 33, da Lei nº 11.343/06) dos crimes equiparados a hediondos, devendo, com isso, serem afastadas as repressões mais incisivas provenientes da repulsa social àquela classe delitiva¹¹.

Logo, em se tratando de agente primário, de bons antecedentes e que não integre organização criminosa, em regra a pena-base finda por não ultrapassar 04 anos de reclusão e, vislumbrando a ausência de violência ou grave ameaça, pode ser até mesmo convertida em restrição de direitos, ao teor do art. 44, do Código Penal, no sentido da ordem de Habeas Corpus concedida pelo ínclito ministro Celso de Mello, nos autos do ARE nº 1.088.479/SP¹².

¹¹ HC 118533/MS - STF, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 23/06/2016, Processo Eletrônico DJe-199 Divulg 16-09-2016 Public 19-09-2016.

¹² ARE 1088479, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 05/03/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-043 DIVULG 06/03/2018 PUBLIC 07/03/2018.

A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes

Noutro turno, as instâncias ordinárias têm se mantido inflexíveis e ignorado a singularidade conjuntural dos fatos que desaguarão na imputação do delito, pouco sopesando a verdadeira necessidade da prisão preventiva, tal como no julgamento do HC 2038795-46.2020.8.26.0000, pela 8ª Câmara de Direito Criminal do TJSP, que manteve incólume a prisão cautelar de acusado por crime de tráfico de drogas em razão de ter em depósito:

drogas consistentes em **11,42 gramas**, acondicionadas em 13 microtubos plásticos do tipo eppendorfs e mais 01 porção a granel, contendo a substância benzoilmetilecgonina (cocaína), sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, bem como a quantia de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) em dinheiro e uma balança de precisão”¹³.

O paciente do habeas corpus citado no parágrafo anterior era primário, com bons antecedentes e não integrava organização criminosa, e surpreendentemente o colegiado do Tribunal Local negou seguimento ao *writ* ao pretexto de que: “avaliando-se a gravidade concreta do delito, as circunstâncias do fato e as condições pessoais do paciente, a manutenção de sua prisão preventiva se mostra necessária como garantia da ordem pública”.

A esta altura expõe-se uma realidade cruel da sociedade brasileira, precipuamente experimentada por sua parcela mais estigmatizada, a qual tem sua liberdade afrontada por magistrados que preferem arriscar “condenar um inocente a salvar um culpado”, depredando o último resquício do significado de “ordem pública” na imensidão da vagueza do termo.

Nesta perspectiva, não seria uma má ideia os juízes das varas criminais brasileiras analisarem detida e fielmente as circunstâncias pessoais dos suspeitos quando da realização da audiências de custódia, por exemplo, pois assim mais perto estariam dos intentos enraizado no privilégio supramencionado, e, conseqüentemente, menor seria o número de segregações cautelares indevidas atreladas a persecuções penais que sequer resultam em condenações de pena privativa de liberdade.

A Suprema Corte Brasileira, aparentemente em sentido contrário a outros órgãos do poder judiciário, tem despontado na vanguarda ao, reiteradamente, perfilhar compreensões

¹³ TJSP; Habeas Corpus Criminal 2038795-46.2020.8.26.0000; Relator (a): José Vitor Teixeira de Freitas; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Araçatuba - 2ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 15/04/2020; Data de Registro: 15/04/2020.

demasiadamente coerentes fundadas na ponderação acertada entre as circunstâncias fáticas e pessoais do acusado necessidade e a efetiva necessidade de imposição da segregação preventiva.

O ministro Celso de Mello, ao apreciar a medida cautelar no HC 115.613/SP, proferiu decisão paradigmática, a qual tornou a repetir no julgamento final daquele liberatório, abordando a premissa de que a legitimação da prisão cautelar tão somente pode ser alcançada com a exposição de “base empírica idônea” no carreado fático imputado ao acusado, não bastando o firmamento em “juízo meramente conjectural”¹⁴.

Em outro caso episódico, o ministro Gilmar Ferreira Mendes, julgando o mérito do HC 133.289/SP, do qual foi relator, proferiu voto argumentando que a apreensão de 17,45 gramas de maconha e a quantia de R\$ 48,00 em conjunto com a primariedade do agente, não são aptas a constatar a gravidade em concreto do delito, e, seguido pelos ministros Dias Toffoli e Teori Zavascki, ordenou a revogação da custódia cautelar do paciente, remediando erro grosseiro cometido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo¹⁵.

Inobstante o entendimento propugnado pela Corte Suprema, o cenário hodierno abarrotado por decretações de prisões preventivas alicerçadas apenas na gravidade abstrata do delito denota a aparência, de que imbuídos de sentimentos pessoais, juízes brasileiros da 1ª e 2ª instância, tendem a perpetuar a interpretação errônea e ilegítima do artigo 312, do CPP, nos delitos de entorpecentes.

Escorando-se nas valiosas lições do festejado penalista Eugênio Raul Zaffaroni (1991. p. 26), é crível inferir que o fenômeno desnudado no corpo deste trabalho está associado a “renúncia proclamada pela própria lei à legalidade” anuindo com a manifestação da arbitrariedade estatal, incluídos nesse contexto os órgãos investidos de jurisdição.

Apesar de o magistrado ocupar a função de operacionalizador do distúrbio jurídico, a norma imprecisa, ou propositalmente outorgadora do protagonismo judicial, desempenha papel de destaque emergindo como verdadeira justificadora do exercício de poder do sistema penal e assentindo com o discurso solipsista dos integrantes da engrenagem estatal de modo a obstaculizar o refreamento do exercício ilegítimo da prisão preventiva.

A falha estrutural relatada resulta em consequências perversas ao sistema penal brasileiro, reverberando a pior delas na perpetuação da prisão cautelar injustificada por período indeterminado e que na maioria das vezes se arrastam por meses até a realização de audiência de

¹⁴ MC HC 115613/SP - STF, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 05/11/2012, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-220 DIVULG 07/11/2012 PUBLIC 08/11/2012.

¹⁵ HC 133289/SP - STF, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 23/08/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-225 DIVULG 20-10-2016 PUBLIC 21-10-2016.

A subversão do pressuposto da “garantia da ordem pública” para fundamentar a prisão preventiva nos crimes de entorpecentes

instrução e julgamento, que como é cediço não obedece o prazo de sessenta dias previsto no caput do art. 400, do CPP.

Aliás, baseando-se nos dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional constata-se o quantitativo preocupante de presos provisórios sem condenação no Brasil, que até dezembro de 2019 chegou à assustadora marca de 222.558 pessoas. Dentre o total de custodiados o levantamento mostra que 169.093 foram motivadas pelo crime de tráfico de drogas¹⁶, delito este que é o responsável por propiciar o maior número acumulado de prisões provisórias e definitivas.

Não há, no entanto, uma mensuração precisa do total de presos provisórios pelo crime de tráfico de drogas, muito menos um registro que aborde as reclusões provisórias indevidas, contudo pode-se deduzir um significativo impacto ocasionado pela imposição desajustada da prisão preventiva nos crimes de tráfico de drogas a partir da Lei nº 11.343/06, precipuamente quando observado o aumento de mais de 700% do encarceramento de acusados pelo referido crime no período compreendido entre 2005 a 2019¹⁷.

3. Conclusão

Sintetiza-se, portanto, que a abrangência desmedida do pressuposto da “garantia da ordem pública”, especialmente em relação ao crime de tráfico de drogas, é hábil para incitar a recorrência diária de decretos prisionais provisórios ilegítimos, fundados muitas vezes em parâmetro mais pessoais do magistrado do que propriamente legais.

Contrapostos ao exercício arbitrário do poder judicial, os critérios objetivos engendrados pelo Supremo Tribunal Federal se aproximam de uma solução para restringir o mecanismo das prisões preventivas, fundada na garantia da ordem pública, apenas às situações estritamente necessárias, ao condicionar a sua estipulação a gravidade em concreto do delito ou a periculosidade do agente, e não como resposta a maleficência abstrata do crime.

¹⁶ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Dezembro de 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTlkZGJjODQtNmJlMi00OTJhLWFiMDktNmZlNmFkNTM0MWI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

¹⁷ Um em Cada Três Presos do País Responde por Tráfico de Drogas. Por Clara Velasco, Rosanne D'Agostino e Thiago Reis, G1 – São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/um-em-cada-tres-presos-do-pais-responde-por-trafico-de-drogas.ghtml>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

O número de presos no Brasil alcança patamar alarmante, principalmente em decorrência do alto índice de presos provisórios, dos quais uma parte significativa está associado a crimes de drogas. Isso não é uma coincidência. Na realidade, há uma imensa celeuma na dinâmica de implementação das prisões preventivas, causado pela estruturação textual do Código de Processo Penal, o qual permite a distorção do direito e das garantias fundamentais em benefício de propósitos coletivos vagos e intangíveis mediante o emprego subvertido do pressuposto da “garantia da ordem pública”.

Desta feita, cabem às autoridades judiciais compreenderem a função desempenhada pela prisão preventiva no transcorrer da *persecutio criminis*, tal qual a repercussão negativa ocasionada à vida particular do jurisdicionado afetado pela medida, e ponderar os efeitos e a necessidade de sua implementação, tudo com o intuito de conter o exercício temerário do instrumento cautelar excepcionalíssimo.

Referências bibliográficas

DELMANTO, Roberto Junior. As modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: Volume Único. 7. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.

LOPES JR., Aury. Prisões Cautelares. 5. Ed. Rev., Atual. e Ampl. – São Paulo: Saraiva, 2017.

MACHADO, Nara Borgo Cypriano. Usuário ou traficante? A seletividade Penal na Nova Lei de Drogas. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza-CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

MASSON, Cleber; Marçal, Vinícius. Lei de Drogas: Aspectos Penais e Processuais. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019. p. 28.

MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade: Estudos de Direito Constitucional (Série EDB). 4. Ed. Rev. e Ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo. Curso de Direito Constitucional. 12. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2017. – (Série IDP).

MORAIS DA ROSA, Alexandre. Decisão No Processo Penal Como Bricolage de Significantes. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, Setor de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Curitiba, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. – 15. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. Prisão e Liberdade. 4. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. – 22. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

PINHEIRO, Maria Cláudia. A Constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais - A preponderância da Constituição da República Alemã de 1919 na inauguração do constitucionalismo social à luz da Constituição Mexicana de 1917. Revista de Informação Legislativa, v. 43. p. 110-111.

PRADO, Luiz Regis; SANTOS, Diego Prezzi. Prisão Preventiva: a contramão da modernidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SARLET, I.; MARINONI, L.; MITIDIERO, D. Curso de Direito Constitucional – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. p. 404.

SARTRE, Jean-Paul. O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. - Petrópolis, RJ :Vozes, 2011.

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 11. ed. rev., atual. E ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

STRECK, Lenio Luiz. O desembargador, "os astronautas" e o "habitus dogmaticus"! - Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-09/senso-incomum-desembargador-astronautas-habitus-dogmaticus>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

STRECK, Lenio Luiz. O que é isto – Decido Conforme Minha Consciência? – 4. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

VOLTAIRE (1694-1778). Zadig ou Destino. Editora Saraiva. Nélsion Jahr Garcia.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em Busca das Penas Perdidas: A Perda de Legitimidade do Sistema Penal. Tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopes da Conceição. – Rio de Janeiro: Revan, 1991.